

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Espiritismo no Recife segundo a psiquiatria do Estado Novo: “fábrica de doentes mentais”

Maria Concepta Padovan

Resumo: O período do Estado Novo caracterizou-se por um momento de organização social, baseado na moralidade e religiosidade através da família. A psiquiatria encontrou espaço para seu desenvolvimento, atuando juntamente ao governo, de forma que a ordem fosse preservada a partir da prevenção e reintegração da loucura. Neste sentido procurou-se estudar as formas pelas quais os praticantes de cultos de origem africana viram-se alvos da perseguição policial e médica: a loucura foi sendo traçada como a “desobediência” dos padrões estabelecidos, e os aspectos considerados inadequados e intoleráveis acabaram por se mostrar como a real vivência da loucura.

Palavras-chaves: Loucura, Espiritismo, Estado Novo.

Abstract: The “Estado Novo” period was characterized as a moment of social organization, based in morality and religiousness through family. The psychiatry found its development space, acting with the government, in form that the order was preserved through prevention and reintegration of madness. In this direction, the study looked up for the forms with the praticants of african origin cults turned into targets of the police and medical persecution: madness was being traced as disobedience of the established standards, and these inadequate and intolerable considered aspects ended showing the real experience of madness.

Key words: madness, Spiritism, Estado Novo.

O Estado Novo constituiu-se em um regime baseado em um poder central forte, exercido através da ação de interventores nomeados para os governos dos Estados, visando um maior controle de todas as áreas da sociedade. Todo esse contexto era amparado por uma ideologia de cunho moralista, forjada e difundida para ser tomada como verdade: o amor à pátria, à família e à igreja. (AMLEIDA, 1995)

De acordo com Sá, foram esses os motivos que levaram o Estado Novo a encontrar forte aliado na Igreja católica, que além de aceitar o golpe que levou Getúlio ao poder e integrar-se ao trabalho social populista, também buscava uma uniformização da fé religiosa, fazendo campanha contrária às demais igrejas pagãs. (SÁ, 2001)

Segundo a autora, que cita artigo de Miranda, essa “fórmula” era seguida à risca em Pernambuco, onde o Interventor Federal Agamenon Magalhães, protótipo do construtor dessa nova ordem, foi buscar seu secretariado entre os membros do movimento católico

representante de Igreja no Recife, a Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica.

Para Miranda (MIRANDA, 1997), a congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, criada pelo Arcebispo de Olinda e Recife D. Miguel de Lima Valverde, tinha como principal objetivo combater as idéias “pagãs” e promover um maior engajamento religioso por parte dos católicos. Seu funcionamento constituiu-se em discutir temas nacionalistas, religiosos e anti-comunistas; dar o “bom exemplo” de conduta moral e boa educação cristã. Foi desta Congregação que em 1929 foi criada a “Liga para restauração das idéias” - associação para jovens, “com intuito ‘patriótico-religioso’ de combater as doutrinas de esquerda, bem como, o espiritismo, protestantismo e maçonaria” (MIRANDA, 1997:73).

Esse início de combate ao espiritismo tornou-se posteriormente uma campanha de repressão oficial aos cultos afro-brasileiros, que segundo Vera B. de Sá, foi lançado em Pernambuco em 1938, sob o comando do Delegado João Roma. Neste processo, além da prisão, fichamento e humilhação das pessoas envolvidas, colocava-se sob a decisão do D.O.P.S. a liberdade e o licenciamento de funcionamento dos terreiros.

Com base nestas circunstâncias, os movimentos espíritas começaram a apresentar-se como uma religião diferente dos cultos afro-brasileiros; como praticantes do bem e da assistência, e tendo a questão do exercício da mediunidade apenas como uma “atividade secundária”. Foi neste contexto que nasceu em 1938 a Liga Espírita Suburbana, com o intuito de uniformizar o espiritismo de maneira dissociativa dos cultos afro-brasileiros.

Os cultos procuraram diferenciar-se sob dois aspectos: em relação ao poder aquisitivo e cor da pele de seus participantes; e o teor de misticismo dos cultos. Nesta tentativa de distinção, o Estado e a sociedade acabaram se posicionando contra os centros formados pelas classes mais populares, que passaram a representar não só a “enganação”, como o próprio “mal”, questão clara, inclusive, pelo próprio nome pelo qual esses cultos afro-brasileiros eram reconhecidos: “baixo espiritismo”.

O “baixo espiritismo” era caracterizado no período do Estado Novo em oposição ao “verdadeiro espiritismo” (segundo Sá), ou ao “alto espiritismo” (segundo Campos). Sua principal diferença, em relação aos cultos “tolerados” pela sociedade católica cristã, era o fato de cobrarem por seus serviços geralmente de cura ou para provocarem malefícios em terceiros; além da prática de invocação dos espíritos.

Essa diferenciação começou a ser processada já nos anos de 1930, época que, segundo Campos, houveram os primeiros acordos entre a Secretaria de Segurança Pública e o Serviço de Higiene Mental (S.H.M.), com o intuito de alijar esse “mal” da sociedade.

O S.H.M. de Pernambuco, primeiro do gênero criado no Brasil, deveria ser o

responsável pelo esclarecimento e educação da população sobre as doenças mentais, no que se referia a suas causas, curas e prevenções (MEDEIROS, 2001). Mas foi a partir de 1932 que, para a autora, a questão do espiritismo passou a figurar entre os males de forma mais expressiva.

As principais contribuições do S.H.M. foram os estudos realizados sobre os cultos, que na verdade funcionaram como uma forma de “controle científico”, numa substituição à ação policial. Mediante as observações dos cultos e os exames mentais de seus dirigentes (testes psicológicos e de Q.I. - quociente intelectual), uma licença concedida ao médico, garantindo o funcionamento do centro, permitia não só mediar e vigiar essas práticas, como também intervir – a partir do momento em que permitiam ou não seu funcionamento.

Este período, porém, não teve longa duração. Com o advento do Estado Novo, há um afastamento da antiga elite do poder e a ascensão de outra muito mais católica. Para Campos, esse processo representou o início de um período em que os cultos afro-brasileiros sofreram maior intimidação e combate por parte do governo, uma vez que não foram mais permitidas licenças de funcionamento de espécie alguma. Todos os cultos de “baixo espiritismo” estavam proibidos.

Para Agamenon Magalhães, as idéias que motivaram a interferência do S.H.M. na mediação dos cultos era de caráter comunista, e um “mal” que, tal qual os próprios terreiros, precisava ser combatido. Segundo essa perspectiva, os xangôs eram associados ao crime, à selvageria, à luxúria, e ao charlatanismo.

E apesar de contrários aos eugenistas, os partidários do governo também acreditavam que os cultos eram “fábricas de doentes mentais”, de forma que foram criados órgãos especializados da polícia (Secretaria de Segurança Pública, 1930; Delegacia Auxiliar 1931; e Delegacia de Ordem Política e Social, o D.O.P.S, 1935) para realizarem a “manutenção da ordem”; um sistema de propagandas no rádio e imprensa, não só para alertar a população contra os malefícios do “baixo espiritismo”, mas para fazer crer que a batalha entre polícia e “catimbozeiros” era uma luta do “bem contra o mal”, não restando dúvidas sobre quem venceria no final.

Dessa forma, notícias como as do fechamento de centros, e de confisco do material utilizado nas seções eram freqüentemente encontradas nos jornais, de forma a mostrar que o governo não tinha intenção de desistir ou dar trégua aos espíritas:

“CATIMBÓ – O investigador 26, Lourival Campos, comunicou, hontem, ao comissario Hidelfonso Vasconcellos que procedeu uma busca, na residencia da catimbozeira Maria Magdalena Pereira, vulgo 'Maria Praça', apprehendendo vários objectos empregados no catimbó e baixa magia, [...]. A catimbozeira reside a Rua 21 de abril, 80, sendo presa e identificada na policia.” (FOLHA DA MANHÃ,

1939:46)

Toda esta ação baseava-se na legalidade da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, que dizia no seu capítulo 2:

“artigo 122

4º parágrafo – Todos os indivíduos de diferentes confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observando as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes”

“artigo 141

7º parágrafo – É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo os que contrariem a ordem pública ou dos bons costumes” (CAMPOS, 2001:228)

Para Campos, a principal questão então combatida nos cultos não era o espiritismo em si, mas a forma como ele era praticado, e que estava associado não só a uma perseguição religiosa, mas também racista. No fundo, apesar da eugenia ter sido “condenada” como comunista, podia ser encontrada por trás do discurso de “profanação e desrespeito à tradição” empunhado pelo governo.

Nos discursos acerca dos cultos e seitas (tanto por parte dos psiquiatras do S.H.M., quanto dos governantes estadonovistas) é possível perceber a influência de idéias eugênicas¹, que apesar de utilizadas com propósitos políticos diferentes, acabavam por caracterizar o “baixo espiritismo” como errado.

Nesta perspectiva, o espiritismo estava associado as doenças mentais mais temidas pelos médicos as chamadas “mentes fracas”: pessoas com caráter moral fraco e conduta “anormal” (promíscua, criminosa e outros). Segundo Piccinini, tais doentes ainda eram associados a um baixo Q.I., e o temor que provocavam se dava pelo fato de que podiam se passar por pessoas normais, e o pior, procriar com pessoas normais.

No Brasil, durante o Estado Novo, estas idéias estavam associadas à noção de degenerescência de Benedict Morel, que evidenciava ainda a grande influência de fatores externos na personalidade prejudicada pela hereditariedade. A cidade e seus “vícios civilizados” passaram a ser, então, os principais culpados pelo grande número de doentes.

¹A eugenia foi uma idéia nascida na Europa, cujo termo foi criado por Francis Galton, e definida como: “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente” (PICCININI, 2001:4). Segundo esta ideologia, a inteligência seria originada principalmente da herança genética, tendo o ambiente social pouco a contribuir. Dessa forma, os eugenistas acreditavam que, a partir de seus ideais, poderiam promover um aprimoramento da população, encorajando a reprodução de pessoas com “bons genes” e desencorajando aqueles com “maus genes.” (PICCININI, 2001:5)

Dentro desta perspectiva, Campos mostra como os psiquiatras brasileiros utilizaram esta noção para a construção de uma “nova sociedade”: onde a loucura foi associada ao crime, e desvinculada da razão – passando a ser uma questão de comportamento e possibilitando a “transposição de muros” dos asilos; e o embranquecimento da população é defendido – com base na idéia de diferenciação de raças, e na suposição de que no “contágio” de raças diferentes, o “sangue inferior” prevaleceria.

Para a autora, em Pernambuco, o teor racista entre os psiquiatras seguidores de Ulysses Pernambucano não era tão forte, mas também existia, uma vez que acreditavam na maior incidência de doenças mentais em negros, por causa de seus cérebros “menos resistentes”, além da questão da predominância em negros de doenças com origem toxinfeciosas (sífilis, alcoolismo, etc.).

De fato, o problema dos “vícios civilizados” era uma constante nos estudos pernambucanos, sendo o alcoolismo o principal tema abordado pelas campanhas do S.H.M. nos anos de 1930. Sua utilização era apontada como uma forma de “perda de caráter e dignidade social” e meio para “degradar a raça” (CAMPOS, 2001:38-39).

Outra questão também de muito interesse aos psiquiatras, segundo a autora, foi o tema do “baixo espiritismo”, que era visto como uma conduta extremamente inapropriada. Os males do “baixo espiritismo” eram classificados pelos psiquiatra desde a década de 1930 em basicamente dois: a possessão e o curandeirismo.

Nas pesquisas empreendidas por Campos, sobre os estudos médicos acerca do espiritismo, percebe-se que compreendiam a possessão como uma crise histérica, motivada por uma ação de auto-sugestão do sub-consciente podendo ser, desta forma, curado também por sugestão; ou uma psicose desenvolvida pelo hábito de freqüentar cultos (CAMPOS, 2001: 68).

A questão do curandeirismo era, talvez, um pouco mais complexa, por tratar-se do exercício não autorizado da profissão médica. Seu tratamento oficial, enquanto doença mental, requeria o estudo e a determinação das causas. Mas, os tratamentos dispensados pelos curandeiros aos mesmos males partiam do pressuposto de que as doenças eram influências de espíritos maus e “despachos”, e assim sendo eram remediadas da mesma maneira. A falta de uma “racionalidade científica” era apontada como a forma de incapacidade dessa “medicina popular”, juntamente com a certeza de que a crença em poderes de cura (de caráter sobrenatural) só poderia ser fruto de uma personalidade doente.

Além disso, a autora mostra que esses cultos eram considerados degradantes pela questão do sincretismo religioso (mistura entre as religiões negras, católica e espírita), e pelo

consumo de bebidas alcoólicas e maconha – que levariam à doença mental, segundo as teorias da época.

Em suas pesquisas, procurou mostrar que, com o advento do Estado Novo, o trabalho dos psiquiatras e do S.H.M. é substituído pela ação policial, e os médiuns e curandeiros passaram a ser encarados como “charlatães” acima de tudo. Seu trabalho não procurou focar a continuação do trabalho daqueles profissionais que, apesar de não contar com o apoio do governo, como anteriormente, não foi totalmente paralizado.

Foi possível perceber, através dos registros médicos de então, que o estudo do espiritismo continuou sendo realizado, e como seus praticantes continuaram sendo alvo dos hospitais e internamentos. De fato, é interessante destacar que em determinado campo do prontuário (“antecedentes sociais”), a grande maioria dos casos analisados continha informações a respeito da participação (ou não) dos pacientes em seções espíritas.

Exemplo disto foi o caso de Mariana², internada no Hospital da Tamarineira como indigente pela polícia em 06 de novembro de 1939, aos 26 anos de idade. Nascida na cidade do Recife, Mariana foi criada por uma conhecida, sendo bem comportada, obediente e aprendendo facilmente as lições durante os seis anos em que freqüentou a escola. Segundo seus próprios relatos, sua vida mudou apenas quando, no período já citado do internamento, passou a sofrer de terríveis dores de cabeça, “chegando ao ponto de perder o seu emprego” (Prontuário nº 3037, 1939: 3). Mas, durante seu exame mental, a paciente informou que julgava como causa de sua doença o abandono sofrido por seu namorado, que lhe prometera casamento.

Contudo, as verdadeiras causas de seu internamento, segundo uma parente, foram as manifestações espíritas da paciente: “a mesma andava se manifestando em casa, dizendo ser acompanhada por um espírito, não dormindo, passando a noite manifestada, batendo e gritando, tendo crises convulsivas, porém não perdendo a consciência durante as mesmas” (Prontuário nº 3037, 1939: 3). Apesar do Hospital ter solicitado maiores informações sobre seus antecedentes ao S.H.M., nunca conseguiu obter nada que ajudasse a elucidar questões relativas ao caso, como por exemplo, sobre o parentesco de Mariana.

Ela acabou sendo diagnosticada histérica, e foi tratada com soro liposedativo até 13 de dezembro de 1939, “por não necessitar de internamento em Hospital fechado” (Prontuário nº 3037, 1939: 10).

O caso de Mariana parece bastante revelador quanto aos aspectos da ação

² Todos nomes reais dos pacientes e seus familiares, citados a partir dos prontuários, foram substituídos por fictícios para preservar suas identidades.

psiquiátrica no Estado Novo, frente as questões do 'baixo espiritismo'. Primeiro, seu caso encaixa quase que perfeitamente no perfil montado pelos médicos sobre como seriam as personalidades dos indivíduos que alegavam possessão, uma vez que foi diagnosticada histérica.

Segundo, colabora também para reforçar a idéia defendida pelos psiquiatras de que freqüentar cultos era prejudicial, uma vez que seu caso piorou após ter tentado tratamento espírita.

Sua experiência também ajuda a mostrar que S.H.M. ainda estava em funcionamento para o estudo do “baixo espiritismo”, na medida em que existem registros da tentativa deste serviço em obter maiores informações sobre a paciente em questão.

Já no caso de José, um mecânico branco de 27 anos, ocorreu uma situação diversa, tendo ele não só seus sintomas apresentados como consequência da prática dessa religião, como também seu próprio diagnóstico: “delírio episódico espírita” (Prontuário nº 9539,1945). O estabelecimento do diagnóstico baseado nas questões espíritas parece ser muito raro ao longo do Estado Novo, só sendo possível encontrar este caso entre os prontuários da época.

Criado por seus pais, José teve uma infância normal, apesar do ambiente em que vivia ser pobre. Frequentou a escola com pouco aproveitamento e, apesar de negar passado venéreo, era tabagista e não vivia em harmonia com os seus (Prontuário nº 9539,1945).

Entre seus 10 irmãos vivos, o paciente possuía duas irmãs³ que frequentavam um centro espírita na várzea, na residência de uma mulher chamada “D. Maria”, e convenceram-no de assistir as seções semanais. Após dois meses, começou o doente a sentir um “nervoso”, acompanhado de insônia, e “ondas de calor” a lhe percorrer o corpo até penetrar a cabeça em forma de “redemoinho”. Em seu exame mental declarou:

“Tem alucinações auditivas. Vozes lhe ordenam que faça o que ‘não presta’, isto é, faça agressões, roubos, etc. Certa noite, passou a noite toda ouvindo gritos perto de si. Tem alucinações visuais. Vê figuras luminosas deformadas, que zombam do observado, fazendo caretas, rindo-se. Não pode assistir calmamente as seções espíritas. Tem crises de choro.” (Prontuário nº 9539,1945)

Este tipo de diagnóstico, além de ser extremamente raro entre os prontuários por colocar toda a culpa da doença diretamente no espiritismo, ainda contribuía com a idéia de que as mulheres eram perigosas, na medida que foram as irmãs de José que o levaram a praticar cultos afro-brasileiros.

Por fim, observou-se que outro caso também muito esclarecedor foi o da paciente

³ O prontuário refere que uma delas, de nome Adélaide, era inclusive a medium do centro.

Carolina, internada no mesmo Hospital como contribuinte pelo marido, em 27 de outubro de 1939, aos 18 anos. Segundo seu marido, a paciente não vinha exercendo muito bem suas funções de doméstica católica:

“tornou-se irritada [...] passando os dias a brigar com seu marido. De quatro dias para cá tornou-se agitada, falando muito, pronunciando palavras obscenas, dizendo ser espírita e estar manifestada pelo espírito de Ubirajara o caboclo. Tem crises de agitação tentando espancar as demais pessoas da casa, chegando mesmo a desejar matar seu filho pequeno.” (Prontuário nº 9539, 1945: 3)

Seu diagnóstico de esquizofrenia foi tratado com eletrochoques do tipo completo que, segundo os registros, somaram 22 crises para a obtenção da remissão completa.

Além do caso de Carolina representar mais uma indicação do interesse e do trabalho realizado pelos psiquiatras em relação ao espiritismo, ainda colabora com a idéia de associação entre os praticantes desta e o crime, já que a paciente era acusada de desejar matar seu filho pequeno.

Por fim, pode-se ainda dizer que colabora da mesma forma com a idéia de que o espiritismo corrompia a “civilização”, e trazia hábitos impróprios, pois o que seria mais inadequado socialmente, especialmente no caso feminino, que proferir palavras obscenas e brigar com o marido?

Neste trajeto, foi possível perceber que o maior temor que o espiritismo provocava na sociedade como um todo eram as questões da possessão e curandeirismo, que de doenças mentais passaram a ser encaradas como charlatanismo.

É comum, entre os estudos já realizados sobre o espiritismo no Estado Novo, a visão de que o combate de sua versão mais popular, conhecida por “baixo espiritismo”, se deu quase que exclusivamente pela ação policial, numa tentativa de eliminar costumes considerados “impróprios” a uma nação que buscava modernizar-se.

Contudo, pudemos perceber que durante este mesmo período não houve apenas a ação policial na tentativa de impedir os progressos do espiritismo, mas também uma continuação dos estudos psiquiátricos e dos serviços do S.H.M., num esforço para melhor entender as causas que levavam essas práticas a fragilizar ainda mais as “mentes fracas”.

Através das observações dos prontuários, foi possível perceber como os praticantes dos cultos afro-brasileiros ainda eram enquadrados de acordo com os perfis estabelecidos pela psiquiatria de início dos anos 20-30: a histeria caracterizando os casos de possessão; a frequência às seções religiosas como uma “petição assinada” com destino ao hospício; a relação entre o espiritismo e o crime...

A medida em que alguns praticantes dos cultos foram encontrando seus destinos

“no xadrez”, outros continuaram a encontrar um outro destino: o da estigmatização por uma crença diferente; o da loucura.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de . **A Construção da Verdade Autoritária: Palavras e Imagens da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945)**. Tese de Doutorado em História Social apresentada a Universidade de São Paulo, 1995.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- FOLHA DA MANHÃ**, Edição Vespertina de abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 1938; março e dezembro de 1939; março, setembro e dezembro de 1940; fevereiro de 1942; abril, maio e junho de 1943.
- MEDEIROS, José Adailton de . **Ulisses Pernambucano**. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Congregação Mariana: uma associação religiosa à serviço da reforma católica**. Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, v. 42, nº 47, dezembro de 1997.
- PICCININI, Walmor J. Voando sobre a história da psiquiatria II. **Psychiatry On-line Brazil** (5) setembro de 2001.
- _____. História da Psiquiatria – A Guerra do Eletrochoque. **Psychiatry On-line Brazil** (11) dezembro de 2006.
- Prontuários nº 3037 (1939), nº 9539 (1945), e nº 9539 (1945).
- SÁ, Vera Borges. **Religião e poder: introdução à História do espiritismo em Pernambuco**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.